

A ECONOMIA BRASILEIRA NO SÉCULO XX E A QUESTÃO TRIBUTÁRIA

Marco Antonio Henrique¹, Monica Franchi Carniello², Fabio Ricci³

^{1,2,3} Universidade de Taubaté/ Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Rua Visconde do Rio Branco, 210, Centro, Taubaté – SP, professorafabioricci@gmail.com

Resumo- Com as mudanças na economia mundial e o surgimento dos “choques adversos”, o país precisava mudar. De um país com economia feudal e agrário, seriam necessárias medidas que levassem a industrialização. Por meio de pesquisa bibliográfica este trabalho tem como objetivo mostrar que o aumento da carga tributária criou pressões no sentido oposto ao propósito de desenvolvimento. O governo, através de política de atratividade de capital, atrai investimentos externos, implanta projetos de investimentos de grande porte e faz com que o país se industrialize. Para manter a ‘máquina governamental em funcionamento, o governo recorre a empréstimos internacionais e aumenta progressivamente a carga tributária. Esses gastos do governo têm como consequência um aumento na dívida externa e um processo de alta inflação. Atualmente o sistema tributário brasileiro encontra-se em seu valor mais alto da história, o sistema produtivo é afetado diretamente por esse “custo” e uma reforma tributária se faz necessária.

Palavras chaves: políticas, incentivos, industrialização, crescimento econômico, carga tributária

Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas - Economia

Introdução

No final do século XIX, o Brasil encontrava-se em uma situação de atraso econômico. Com a economia estagnada era necessária uma mudança estrutural em todo o sistema para que o país pudesse formar capital e atrair investimentos (FURTADO, 1995). O país precisava de grandes mudanças a fim de que pudesse crescer e desenvolver seu sistema produtivo.

O processo de industrialização do país teve início nos anos de 1885. Fatores como mão-de-obra assalariada, formadas com a imigração em massa, a abolição da escravidão e a intensificação das estruturas pré-capitalistas foram os principais responsáveis. As mudanças de pensamento da sociedade, que não mais aceitavam que o país devesse ser exclusivamente agrário contribuíram de maneira muito especial para o processo de industrialização. No final do século XIX, o Brasil já contava com grandes indústrias como: as indústrias Matarazzo; o grupo Votorantim e outros grandes grupos industriais (LACERDA, 2006).

Com a crise do café e as mudanças econômicas da época, uma mudança tornou-se inevitável. Seria necessária a criação de políticas que favorecessem o investimento, atraísse capital e possibilitasse o investimento estrangeiro. O mundo estava mudando e o Brasil deveria se preparar para que pudesse fazer parte da nova economia. Entretanto com o crescimento da

economia, crescia-se também a carga tributária, recurso necessário para o funcionamento da máquina pública.

Metodologia

Este artigo foi elaborado a partir de material impresso, sendo estes compostos por livros e artigos. Através da consulta em bibliografias específicas de relevante valor histórico, foi possível recolher informações a respeito de como se deu o processo de crescimento econômico no período pós-crise de 1930, crescimento esse que foi às bases para a economia atual. Através da seleção de dados, o artigo mostra a evolução da carga tributária brasileira durante o século XX.

Resultados

1 Industrialização e crescimento econômico

O processo de industrialização do país aconteceu depois da Grande Depressão de 1930, onde o país, em especial o estado de São Paulo, conhecido pela grande produção de café, sentiu os efeitos da crise no escoamento da produção. A industrialização era necessária, uma vez que a demanda por produtos manufaturados era grande e a importação havia diminuído de maneira bastante intensa.

Neste período, o produto mais importante e mais dinâmico de exportação do país era o café.

Com o capital oriundo das exportações, foi possível diversificar as atividades econômicas internas e modernizar a economia. A sociedade (mercado) passou a necessitar de bens de consumo: máquinas e equipamentos, implementos agrícolas, insumos, material de transporte etc. Isso criou no Brasil condições para que se desenvolvessem indústrias que suprissem a demanda interna (SUZIGAN, 2000).

Com a crise mundial, a cafeicultura brasileira encontrava-se em uma situação extremamente vulnerável: do período de 1925-1929, a produção crescera quase 100%. A produção de café em expansão, as exportações afetadas, o que fazer com essa produção excedente que não conseguiria sair facilmente do país? Essa era uma situação difícil de ser resolvida, uma vez que o governo não poderia abandonar os cafeicultores, que representavam a elite brasileira. O governo então resolveu bancar a colheita e comprar a produção. Essa medida não gerou resultados satisfatórios, uma vez que a economia estava estagnada. A Grande Depressão provocou uma diminuição do nível de renda de 25% a 30% e o índice de preços dos produtos importados subiu 33%, este último especialmente devido à dificuldade de importar produtos. Nas importações, houve uma redução de 60%, baixando de 14% para 8% do produto interno (LACERDA, 2006).

Segundo Lacerda (2006, p.60) “de modo geral, até a década de 1930, o desenvolvimento capitalista do país tivera um caráter esporádico dado as condições de domínio do latifúndio semifeudal e as formas de capitalismo inferiores”.

A década de 1930, com todas as transformações e mudanças, representou um marco na história do Brasil. A partir daí o país cria as bases para seu crescimento econômico e desenvolvimento industrial.

Essa situação de crises no setor exportador: guerras e crises econômicas internacionais são conhecidas como “teoria dos choques adversos”. Esta situação juntamente um aumento na procura de produtos antes importados e que agora são buscadas no setor interno cria condições de mercado dentro do próprio país. Políticas expansionistas seriam necessárias para o Brasil se industrializar. Seria necessária a criação de políticas eficientes que mudassem todo o sistema econômico e estrutural, a fim de que o capital pudesse encontrar aqui bases sólidas e seguras de investimento (SUZIGAN, 2000).

Segundo Lacerda (2006, p.84): “foi na economia brasileira que o processo de substituição das importações proporcionou maior desenvolvimento industrial”. Esse processo de substituição surgiu da necessidade de atender a demanda por produtos e pelas condições encontradas no país, bastante favoráveis ao

processo de industrialização. Essa política de substituição foi fundamentada pela Comissão Econômica para a América Latina. Acreditavam que quando o país passava por crises como a Grande Depressão de 1930 e as duas Guerras Mundiais, o choque adverso criado por essas crises ocasionava um desenvolvimento voltado para dentro.

Basicamente, a substituição das importações e a emergência e difusão da habilidade empresarial foram os responsáveis pelo processo de industrialização no Brasil. Os empresários. Durante as exportações adquiriam experiências de mercado e habilidades que passaram a ser fundamentais nesta nova fase. Essa experiência tornou-se de grande utilidade para incrementar novos negócios (MARTINS, 1990).

Dentre os maiores problemas que precisariam ser resolvidos no país estava à questão da formação de capital. Estudos feitos pela Cepal mostravam que o país não possuía uma poupança interna, e que para conseguir o capital necessário para grandes investimentos seria necessária uma mudança comportamental da sociedade, ou então atrair investimentos externos. Entretanto, para atrair investimentos de fora seria necessário criar situações confortáveis para que o capital estrangeiro entrasse no país.

No primeiro momento da economia, com a necessidade de atrair investimentos de fora para o Brasil, o governo cria condições que faz com que esse capital seja bem vindo no país, em especial através de mudanças da taxa de câmbio e mudanças estruturais. Até 1953 a taxa de câmbio foi mantida fixa pelo governo. Com a moeda nacional valorizada, as indústrias nacionais seriam beneficiadas devido a importação de produtos, entretanto isso acarretava uma desvalorização dos dólares que entrassem no país (MANTEGA, 1990).

Essa disparidade cambial trouxe grandes conseqüências às indústrias brasileiras. A valorização da moeda nacional significava preços mais baixos em cruzeiros para produtos importados. Com relação aos exportadores, estes receberiam menos por seus produtos, uma vez que os preços das exportações estavam fixados internacionalmente (FURTADO, 1995). Somente em 1953, com a desvalorização do cruzeiro, iniciava-se uma série de medidas de atratividade de capital estrangeiro na economia (MANTEGA, 1990). Essas medidas levaram o país a se industrializar e ocupar um papel de destaque na economia mundial.

No Brasil, o processo de industrialização saiu das capitais para o interior dos estados. No interior de São Paulo, criaram-se centros dinâmicos regionais, como por exemplo, em Santos, Campinas, Sorocaba e no Vale do Paraíba

Paulista, em especial em São José dos Campos. Houve uma grande penetração de capital estrangeiro que criaram as multinacionais e uma elite empresarial local (RICCI, 2005). Esse processo ocasionou o crescimento econômico no interior do estado, principalmente em regiões próximas a capital.

Nesta época, vigorava no mundo a *Teoria Keynesiana*, que defendia uma maior participação do Estado como agente intervencionista em economias descentralizadas. A estagnação econômica tomava conta, e a teoria de Keynes pregava que o Estado deveria fazer grandes investimentos a fim de incrementar o sistema econômico e fazer a economia crescer (ROSSETTI, 1978). No Brasil, essa política ganha força em especial no Plano de Metas, em que o governo começou grandes obras com a finalidade de gerar crescimento econômico. O governo assumia os setores menos lucrativos da economia, que necessitavam de enormes montantes de capital e longo prazo de maturação (MANTEGA, 1990). Esses investimentos estatais levaram o Brasil a endividar-se internacionalmente, o que trouxe sérias conseqüências mais tarde.

Vários programas foram criados para alavancar o processo de industrialização e desenvolvimento do país. Nesse aspecto, é de fundamental importância a contribuição de Celso Furtado, integrante da CEPAL e criador das principais políticas expansionistas que levaram o Brasil, de um país agrícola a um dos países mais industrializados do mundo.

Nas décadas seguintes o país passa por diversas mudanças entre as quais: um golpe militar em 1964, os anos do “milagre econômico brasileiro” e períodos com alto índice de inflação. Durante o século XX o país muda e entra na nova fase econômica mundial. Essa globalização na economia ganha destaque na década de 1990, com a abertura de mercado. Em 1994, com a criação do Plano Real, a inflação controlada e mudanças no sistema econômico colocam o Brasil em uma nova fase: estabilidade monetária com controle da inflação e baixo crescimento (LACERDA, 2006).

2 A Evolução da carga tributária no Brasil

O crescimento econômico no século XX, que tornou o Brasil um país industrializado e que colocou o país entre umas das principais economias do mundo teve como resultado um crescimento da “máquina pública”, o que conseqüentemente exigiu maior arrecadação de impostos. Uma das grandes mudanças na questão tributária foi a instituição da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho no governo de Getúlio

Vargas e a Reforma Tributária de 1967, com ela houve um aumento de arrecadação e FGTS e o PIS/PASEP ganharam maior importância no sistema de arrecadação. O sistema tributário da época é o que esta em vigor no Brasil nos dias atuais (LACERDA, 2006).

A Carga Tributária brasileira representava até o final da década de 1940, 14% do PIB – Produto Interno Bruto, ou seja, 14% do que era produzido aqui era usado para pagar impostos (BATISTA JR, 2000). Entretanto, ao longo dos anos essa taxa aumentou de maneira mais do que significativa, onerando de maneira bastante significativa o sistema produtivo.

Parte do aumento significativo dos tributos cobrado pelo Estado durante esse período deve-se ao fato de incentivos fiscais e benefícios concedidos para que se implementasse a industrialização, esta baseada, sobretudo no investimento estrangeiro e nos benefícios oferecidos pelo governo (NEGREIROS, 2006).

A questão tributária nesse período de crescimento econômico teve um aumento significativo conforme se observa na tabela 1:

TABELA I - CARGA TRIBUTÁRIA GLOBAL - 1947/96 (Em % do PIB)

ANO	CARGA	ANO	CARGA
1947	13,84	1985	24,06
1950	14,42	1990	28,78
1955	15,05	1991	25,24
1960	17,41	1992	25,01
1965	18,99	1993	25,78
1970	25,98	1994	29,75
1975	25,22	1995	29,41
1980	24,52	1996	28,93

Fonte: AFONSO, José Roberto Rodrigues. TRIBUTAÇÃO NO BRASIL: Características marcantes e diretrizes para reforma.

Observa-se um crescimento da carga tributária na ordem de 48% no período que vai do começo ao final do século XX.

As maiores altas ocorrem nos anos de 1970, onde a taxa passa de 18,99% a 25,98%. Esse crescimento, segundo Batista Jr (2000), deve-se a ampla reforma tributária feita pelo então presidente Castelo Branco.

Após esse aumento, a taxa começa a cair até 1985, chegando neste ano a representar 24,06%. Esse período, no ambiente macroeconômico, o país padecia de um alto nível de inflação e uma queda na taxa de crescimento da economia (BATISTA JR, 2000).

No começo da década de 1990, a carga tributária passa de 24,06% (1985) a 28,78% (1990). Esse aumento deve-se, sobretudo ao Plano Collor e ao alto nível de inflação da época.

Durante o governo Collor, foi proposto um conjunto de medidas pela Comissão Executiva da Reforma Fiscal, esses tinham por finalidade fazer uma mudança no sistema tributário nacional. Entretanto nunca foram colocados em prática devido ao *impeachment* do presidente (AZEVEDO; MELO 1997).

Entre 1997 e 1998 a carga tributária brasileira já havia alcançado 29% do PIB (BATISTA JR, 2000). Este valor recorde de tributação representou o mais alto do século XX.

Durante os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, a criação e prorrogação sucessiva do Fundo Social de Emergência (depois rebatizado Fundo de Estabilização Fiscal) e do Imposto Provisório de Movimentação Financeira (IPMF, depois rebatizado CPMF), fator que contribuiu ainda mais para aumentar a carga tributária. Tentaram através da proposta de emenda constitucional, uma reforma tributária encaminhada ao Congresso em 1995.

O sistema tributário brasileiro é considerado caro, complexo e ineficiente, além do mais existe uma infinidade de impostos e estes podem ser cobrados nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Sendo que: no âmbito federal os tributos representam 70%, no estadual 26%, e no municipal 4% da cobrança global. Os impostos, além de onerar significativamente o sistema produtivo, fazem com que a renda do trabalhador seja diminuída, em função do que gasta indiretamente com a tributação incidente sobre o que consome (LIMA, 1999).

No Brasil, existe é grande o número de contribuintes que deixam de pagar os impostos, seja por que consideram altos demais, por acreditarem que os benefícios da arrecadação não são devolvidos a sociedade ou por acreditarem que existe uma grande corrupção que desviam o dinheiro que deveria retornar ao contribuinte em termos de benefícios (GRZYBOVSKI; HAHN, 2006).

Nos dias de hoje, torna-se necessária uma Reforma Tributária de maneira urgente. Nunca antes pagamos tantos impostos. De acordo com o IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (2008), a carga tributária brasileira em 2008 correspondeu á 36,56% do PIB, o que coloca a carga tributária do Brasil entre uma das maiores do mundo, e a tendência mostra um crescimento em relação ao ano de 2007 em 1,02%.

Discussão

Apesar de todos os problemas que aconteceram na economia e no sistema político mundial no Século XX o país conseguiu crescer e mudar de cara.

Entretanto algumas questões continuam a fazer parte do dia-a-dia do brasileiro: a pobreza continua, a desigualdade social continua (apesar de ter tido uma pequena queda nos últimos anos), a carga tributária ainda é uma das mais altas do mundo. Nesse aspecto, pergunta-se: qual o preço que pagamos? As medidas tomadas foram as mais acertadas para a economia brasileira? Essas são questões em aberto. O que sabemos é que o Brasil esta ganhando cada vez mais destaque na economia mundial. Ainda temos grandes problemas a serem resolvidos, mas tudo indica que estamos no caminho certo.

Conclusão

O sistema econômico mundial estava mudando. Essas mudanças trouxeram a tona à necessidade de estruturação do sistema que estava surgindo e adaptação ao novo modo econômico. Dessa forma o Brasil saiu de um sistema agrícola e passou a ocupar um lugar de destaque na economia mundial.

Diversos estudos foram feitos para que o Brasil chegasse lá. Muitos estudiosos dos assuntos de economia e desenvolvimento vieram de outros países para elaborar planos que levassem o país ao patamar desejado. Nesse aspecto, é reconhecida a contribuição de Celso Furtado e de outros economistas brilhantes que elaboraram estudos de significativa importância para o desenvolvimento.

O Brasil cresceu. Teve como conseqüência do crescimento uma elevação na carga tributária de maneira quase que contínua, sendo raros os casos de diminuição. Também uma inflação elevada, em conseqüência do crescimento. Além disso, dívida externa e problemas econômicos constantes.

O país de hoje, mais de um século depois é sólido, com economia estabilizada, moeda forte e inflação sob controle. No entanto apresenta uma das maiores cargas tributárias do mundo, e nesse aspecto algo precisa ser feito. Uma Reforma Tributária é urgente.

Referências

AFONSO, José Roberto Rodrigues. *et al* . **Tributação no Brasil:** Características marcantes e diretrizes para reforma. In Diretoria de Pesquisa do IPEA e Secretaria de Assuntos Fiscais do BNDS.

AZEVEDO, Sergio de. LIMA, Marcus André. A política da reforma tributária: federalismo e mudança constitucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Versão impressa ISSN 0102-

6909. Rev. bras. Ci. Soc. v. 12 n. 35 São Paulo Fev. 1997.

BATISTA JR. Paulo Nogueira. Fiscalização Tributária no Brasil: Uma perspectiva macroeconômica. **Instituto de estudos avançados da Universidade de São Paulo**. São Paulo. 2000. Disponível em <www.iea.usp.br/artigos>. Acesso em 26/10/2009

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

GRZYBOVSKI, Denize. HAHN, Tatiana Gaertner. Educação fiscal: premissa para melhor percepção da questão tributária. **Revista de Administração Pública**. RAP Rio de Janeiro 40(5):841-64, Set./Out. 2006. Disponível em <http://www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp_rap_artigos.asp?cd_edi=42> Acesso em 29/10/2009.

IBPT – **Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário**. Disponível em: <<http://www.ibpt.com.br>> Acesso em 20/10/2009.

LACERDA, Antonio Correia de. *et al.* **Economia Brasileira**. 3.ed. – São Paulo: Saraiva, 2006

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Reflexão sobre tributação e reforma tributária no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. No 20 - Dez de 1999. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp.html>> Acesso em 29/10/2009.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTINS, J.S. **O cativo da terra**. São Paulo: Ed Cabral, 1990

NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. AMED, Fernando José. **História dos Tributos no Brasil**: Editora Sinafresp. São Paulo, 2000.

RICCI, Fábio. O desenvolvimento regional e a dinâmica do movimento do capital. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 3, n. 4, p. 140-149, Nov /2007. Disponível em <WWW.rbgdr.com.br>. Acesso em 05 de jun. 2009.

ROSSETTI, José Pascoal. **Introdução é Economia**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1978.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira**: origens e desenvolvimento. Nova edição. São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000.